



## CONTEXTO BRASILEIRO E INDICADORES CULTURAIS<sup>1</sup>

Rosimeri Carvalho da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

Com base nas reflexões desenvolvidas pelas pesquisas realizadas até aqui pelo Observatório da Realidade Organizacional e nas observações acerca da construção de indicadores culturais procuro discutir neste artigo algumas questões que me parecem centrais nesta construção. Discuto os conceitos de cultura e desenvolvimento, a compreensão acerca da definição de indicadores, as variáveis selecionadas e a qualidade dos dados. Esta discussão se fundamenta nas preocupações que estão na base de nossas pesquisas: a mercantilização das atividades culturais.

### Palavras chave

Cultura, indicadores, mercantilização, contexto brasileiro,

### Introdução

Assistimos no Brasil a um processo sem precedentes de empresarização das organizações, isto está fortemente ligado á busca de desenvolvimento, ao desejo de se transformar em um país desenvolvido. Observa-se neste processo uma crescente dominação simbólica através da adesão a um processo de modernização, no contexto da globalização, construído por outras sociedades, notadamente as européias e norte-americanas. Isto implica a vitória de um mundo, o mundo moderno ocidental (Sole, 2000). As ciências da administração uma vez que são elas que portam a “boa nova” da modernização do mundo e as ferramentas para “ajudar” as organizações a se transformarem em empresas tem um papel central. As ciências da administração são então em grande parte responsáveis pelo extermínio de todo outro possível que não seja

---

<sup>1</sup> Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro à pesquisa através do PROCAD CPGA-UFSC/EBAPE.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências da Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisadora do CNPq e do Observatório da Realidade Organizacional. rosimeri@cse.ufsc.br

a empresa. Estas reflexões nos levaram a trabalhar para construir outras possibilidades teóricas. Elas não são conclusivas, elas são somente pontos de apoio para um processo que iniciamos. É com base nas reflexões oriundas dos estudos que o grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional vem desenvolvendo desde o ano 2000 que proponho uma discussão acerca de um tema que tem aparecido cada vez mais frequentemente nas discussões sobre cultura.

Até recentemente a cultura não constituía um campo de grande importância para a administração, mas este não é mais o caso. Há uma atenção crescente da administração, no Brasil e no mundo, sobre as atividades culturais e esta atenção permite a entrada no campo das organizações culturais das teorias e técnicas da gestão tais como foram desenvolvidas no âmbito dos estudos sobre organizações econômicas. Se considerarmos, como diz Sole, a centralidade da empresa no mundo contemporâneo e a tão freqüente confusão teórica entre organização e empresa (a primeira sendo tomada pela segunda) poderemos compreender que esta “pequena” transposição não é mais do que a descoberta de um novo campo de aplicação e de proliferação de oportunidades de mercado para os pesquisadores e consultores da área da gestão. Ou seja, as teorias da gestão são coladas sobre as organizações culturais e, na maioria dos casos, sem consideração com o que representam estas organizações.

Em nossas primeiras pesquisas nos interessávamos em analisar o processo de mercantilização das atividades culturais e as transformações conseqüentes para as organizações, os grupos envolvidos e as próprias atividades. A partir destes estudos pudemos perceber os problemas de se tratar estas organizações como qualquer outra e, ainda, de se transpor teorias desenvolvidas em outros contextos para o contexto da cultura no Brasil, sem considerar suas especificidades, seus conflitos, enfim, as relações particulares que tem lugar neste campo. É com base nestas reflexões que procuro aqui expor algumas questões a respeito do desenvolvimento de sistemas de indicadores culturais. Estas reflexões foram debatidas com um pequeno grupo de pesquisadores em São Paulo e divulgadas através da Revista Observatório Itaú Cultural.

Um dos marcos do pensamento que vimos desenvolvendo encontra-se nas reflexões teóricas de um grande sociólogo brasileiro, Alberto Guerreiro Ramos, que há muito tempo já havia constatado:

*“Nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle.*

*Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos. A reforma da mentalidade de mercado não constitui tarefa simples, pois não apenas os cidadãos em seu conjunto, se tornaram ajustados a essa mentalidade, mas também poucos são os canais disponíveis, pelos quais influências contrabalançadoras, destinadas a desfazer essa inclinação, possam ser sistematicamente exercidas.”*

Guerreiro Ramos chamou a atenção ainda para a importância de construirmos teorias contextualizadas, assim como diversos pesquisadores atuais na área, acentuam a importância de considerarmos as relações de poder para desenvolver teorias capazes de desvendar as relações de interesse presentes no campo. Baseada nestas idéias fundadoras é que busco colocar em debate algumas reflexões em torno da construção de indicadores culturais no Brasil.

### **Por que discutir e construir indicadores?**

A produção de estatísticas e o registro de dados não são realizados sem um propósito, ainda que o propósito real e o formal possam ser muito distintos ou que o propósito seja pouco claro e explícito. A introdução deste texto deve ter deixado suficientemente claro que minha perspectiva a respeito do interesse que grupos e organizações têm demonstrado pela construção de indicadores culturais é a de que há um interesse crescente com os aspectos mercantis da cultura. Ou seja, a atenção recente sobre a cultura está mais especificamente relacionada à economia da cultura. Considerando as conseqüências que uma visão puramente econômica pode acarretar aos diversos aspectos da vida humana associada, como têm evidenciado diversos pesquisadores, no Brasil, parece-me importante levantar algumas questões que auxiliem a ampliar o debate. A primeira delas diz respeito ao conceito de cultura que fundamenta ou que pode fundamentar a construção de indicadores. Mancebo (1999, p. 4) destaca a freqüente compreensão que se tem do termo e a necessária ampliação que a aproxime de uma visão mais antropológica:

*Se as atividades culturais têm um efeito econômico real, sob a forma de empregos ou em termos de renda, convém não esquecer, para compreender e avaliar seus efeitos, de considerar todas as suas dimensões: segundo um tal ponto de vista, parece difícil limitar a cultura a um simples “bem”. Logo é necessário considerar, em toda a avaliação o papel da ação cultural na gênese e manutenção das estruturas sociais. Isto aparece claramente se não*

*esquecemos que a cultura, não é somente as artes e as letras, mas também os modos de vida e os valores (Mancebo, 1999, 4).*

Se cultura for tomada em um sentido restrito, a atenção será voltada àquilo que Adorno já chamou de indústria cultural. Neste caso serão consideradas atividades tais como a música e o cinema, por exemplo. Ou seja, cultura aqui tem um sentido que se restringe à arte.

Sahlins, renomado antropólogo, é citado em relatório da UNESCO (1995) chamando atenção para as confusões existentes com relação à compreensão do que é cultura e chama a atenção para um segundo conceito igualmente importante quando se trata de indicadores culturais:

*Uma grande confusão acontece tanto no discurso acadêmico quanto político quando não se distingue cultura no sentido humanístico do seu sentido antropológico, notadamente cultura como o modo de vida total e distintivo de um povo ou sociedade. Deste último ponto de vista não faz sentido falar da “relação entre cultura e economia”, uma vez que a economia é parte da cultura de um povo... Nas ambigüidades desta frase reside a grande questão ideológica confrontada pela Comissão: a “cultura” é um aspecto ou um meio do “desenvolvimento”, o último entendido como progresso material; ou a “cultura” é o fim e o objetivo do “desenvolvimento”, sendo o último entendido como o florescimento da existência humana em suas diversas formas e como um todo?<sup>3</sup>.*

Em uma visão do conceito a cultura é instrumentalizada, e se transforma em um meio para o alcance do desenvolvimento econômico e, desta forma, é envolvida pela lógica do mercado que a subordina. O relatório da UNESCO ratifica a importância de expandir esta compreensão:

*De um ponto de vista, desenvolvimento é um processo de crescimento econômico, uma rápida e sustentada expansão da produção, da produtividade e da renda per capita (algumas vezes qualificada com insistência pela ampla distribuição dos benefícios deste crescimento). De acordo com o outro, adotado pelo Relatório Anual de Desenvolvimento Humano da UNDP e por muitos distintos economistas, o desenvolvimento é visto como um processo que aumenta a liberdade efetiva das pessoas envolvidas em perseguir o que quer que elas tenham razão para valorizar. Esta visão do desenvolvimento humano (em contraste com o estrito desenvolvimento econômico) é uma visão culturalmente condicionada do progresso econômico e social. Pobreza de vida, nesta visão, implica não somente a falta de bens e serviços essenciais, mas também uma*

---

<sup>3</sup> Todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas por mim.

*falta de oportunidades para escolher uma existência mais completa, valorosa e valiosa (UNESCO, 1995).*

Defrontamos-nos com dois problemas importantes frente a estas duas, entre muitas, formas de considerar os conceitos de cultura e desenvolvimento que podem embasar a construção de estatísticas e indicadores culturais. Por um lado, se tomamos a cultura como arte e o desenvolvimento em seu aspecto estritamente econômico, corremos o risco não só de vermos somente uma parte do fenômeno, mas de influenciá-lo, já que o que medimos influencia o objeto medido, de modo a levar as instituições a só considerarem aquilo que é mensurável na cultura. Como afirma Schuster (2002), “deve-se considerar que os indicadores e as estatísticas não são neutros, dependem do contexto no qual são construídos e dos objetivos aos quais servem. Além disso, o simples fato de medir pode influenciar o que está sendo medido”.

Além disso, deixamos de perceber (e as críticas ao PIB deveriam nos colocar em alerta quanto a isto) os impactos negativos que o privilégio dado aos aspectos econômicos pode acarretar, e acarreta sem dúvida, às culturas dos povos. Por outro lado, temos um conceito de cultura de tal forma amplo que impossibilita a construção de qualquer base de dados, senão mesmo a própria delimitação do que deve ser foco das políticas culturais, logo de nosso interesse pelo tema. O que me parece importante, ou mais importante, é não perder do horizonte jamais a perspectiva de que tanto a cultura quanto o desenvolvimento não se restringem aos aspectos econômicos e que a cultura não pode se subordinar aos auspícios de desenvolvimento econômico sob o risco de sucumbir. Uma das possibilidades de lidar com o fato de que a maioria dos aspectos que podemos medir é de ordem econômica, mas que precisamos considerar a cultura de modo amplo reside na construção de uma infra-estrutura adequada para as análises oriundas das informações estatísticas geradas. Abordarei este aspecto ao final do texto.

Apesar de estar se tornando um lugar comum nas discussões em torno da construção de indicadores culturais. A própria OCDE dá um papel de destaque à discussão do conceito de cultura logo no início do relatório final do workshop de 2006:

*A expressão criativa é certamente uma parte da cultura, mas cultura pode também ser vista sob uma luz mais holística. Talvez uma das definições mais sucintas de cultura neste sentido venha da antropóloga Ruth Benedict “Cultura é aprendida como uma criança, e como crianças cada um de nós aprendeu daqueles que estão a nossa volta um conjunto particular de regras, crenças, prioridades e expectativas que modelam nosso mundo em um todo compreensivo. Isto é cultura.” O autor Canadense D. Paul Schafer também*

*toma este ponto de vista holístico em seu modelo cultural de desenvolvimento. Essencialmente, seu modelo pode ser descrito como um círculo com oito segmentos inter-relacionados: cultura social, cultura artística, cultura tecnológica, cultura científica, cultura política, cultura religiosa, cultura educacional e cultura econômica. Todos os segmentos têm uma relação com cada outro, com o conjunto e com o ambiente natural, histórico e global (OCDE, 2007).*

No entanto, dois parágrafos mais tarde o relatório determina o seu foco nas artes em função do objetivo de projeto ser essencialmente lidar com medidas<sup>4</sup>. O relatório discute em duas páginas a questão dos indicadores sociais e retoma as considerações da UNESCO sobre a diversidade cultural que levantam outra importante questão. A cultura compreendida como arte habitualmente refere-se ao que se convencionou chamar de alta cultura, ou seja, aos aspectos que refletem o estilo de vida, os gostos, o *habitus* de uma parcela da sociedade e a Convenção da UNESCO chama a atenção para a necessidade de proteger a diversidade cultural.

Apesar de haver uma concordância e mesmo um consenso em torno das definições e das preocupações da UNESCO o relatório conclui:

*Nenhum dos delegados questionou a importância de incluir medidas de diversidade e impacto social em qualquer processo de comparação internacional de medidas do setor cultural, mas dada a amplitude das discussões, eles reconheceram que muito mais trabalho é requerido dos pesquisadores sociais antes que qualquer decisão sobre a natureza destas medidas possa ser tomada. As recomendações do workshop para o projeto da OCDE foram que ele deveria inicialmente focalizar os indicadores econômicos sobre os quais há um grande consenso de opiniões (OCDE, 2007).*

Não é sem razão que os especialistas reunidos no workshop da OCDE tomam esta decisão, efetivamente a maioria dos dados já existentes são econômicos e, a maioria dos dados não econômicos demanda ainda muito esforço de pesquisa para poderem ser quantificados, aqueles que o permitem. A fim de tentar esboçar algumas questões as quais não podemos desconsiderar nas discussões brasileiras e nas decisões que serão tomadas para a construção de indicadores e, sobretudo, para os rumos que nossas pesquisas deverão tomar para enriquecer as perspectivas sobre os dados da cultura, tentarei na seqüência deste artigo discutir alguns pontos que me parecem importantes

---

<sup>4</sup> This reflective [of artistic culture] ability is one of the reasons why government departments responsible for culture tend to emphasis the arts and heritage in their policies. Given this Project's intent to deal with measures that can inform government policies, arts and heritage will be at its core (OCDE, 2007).

para compreender os problemas gerados pela construção de indicadores culturais e a atenção que devemos ter para ampliar o debate.

### **O que é um indicador?**

Pfenniger (2004) afirma que indicador é uma ferramenta desenhada a partir de dados que dão sentido e facilitam a compreensão da informação. Portanto, uma primeira consideração importante deve chamar a atenção para o fato de que indicadores não são dados puros, estatísticas puras, mas dados processados a fim de dar sentido às informações obtidas nos levantamentos estatísticos.

Van Bellen (2005, p. 41), discutindo indicadores de sustentabilidade, afirma que “as definições mais comuns e a terminologia associada a essa área são particularmente confusas”. O autor aborda a perspectiva de diversos autores para a definição de indicador tal como a de Chevalier, para quem um indicador pode ser compreendido como uma variável que está relacionada hipoteticamente com outra variável estudada, que não pode ser diretamente observada. Assim, é importante entendermos variável, que para o autor é “uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema”. Ou seja, “ela não é o próprio atributo ou atributo real mas uma representação” (van Bellen, 2005, p. 42). Ou seja, para van Bellen (2005) um indicador é uma variável que agrega informações diversas dando sentido a estas informações.

Neste sentido, pode-se observar na maioria das bases que têm sido chamadas de bases de indicadores culturais no mundo, que o que encontramos são dados a respeito de algumas atividades culturais. Dados “são medidas, ou observações no caso de dados qualitativos, dos valores da variável em diferentes tempos, locais, população ou a sua combinação” (Gallopín apud Van Bellen, 2005). Os dados são necessários para a construção de indicadores, mas um dado não é em si um indicador. Allaire (2006) mostra um indicador simples utilizado no sistema de informações culturais do Québec, a razão entre o número de trabalhadores culturais e o conjunto de trabalhadores. No entanto, o autor discute que esta medida não mostra grande coisa se não é acompanhada dos elementos que lhe dão sentido e que orientam sua interpretação.

Os indicadores podem ser classificados, com relação à função, como indicadores sistêmicos e de performance. Os indicadores sistêmicos estão fundamentados em referenciais técnicos. Ou seja, há suficiente conhecimento desenvolvido pela

comunidade científica que pode embasar a adoção de parâmetros desejáveis para determinada situação do sistema. Devido à complexidade dos aspectos culturais estamos longe de poder estabelecer, como o fazem os especialistas do desenvolvimento ambiental sustentável, indicadores sistêmicos para a área cultural.

Os indicadores que deverão predominar então serão aqueles de performance, que segundo van Bellen (2005, p. 48), “são ferramentas para comparação, que incorporam indicadores descritivos e referências a um objetivo político específico”.

Assim, o indicador apresentado por Allaire não tem significado em si, somente pode ser compreendido se for estabelecido um termo de comparação, ou seja, necessitamos de uma perspectiva temporal ou espacial. Assim, poderemos comparar o resultado obtido na razão entre o número de trabalhadores na área cultural e o número total de trabalhadores, se pudermos observar sua evolução no tempo, para uma determinada região e/ou compará-lo com os resultados alcançados por outras regiões. É assim que, o número de equipamentos em um determinado município, ou mesmo o número de municípios com uma determinada quantidade de equipamentos não nos diz muito a não ser que tenhamos um termo de comparação, no tempo (qual a evolução que este dado sofreu) ou no espaço (qual é o resultado em outras regiões, países, etc.). Um dos poucos índices que o sistema de informações culturais do IBGE nos apresenta nos proporciona esta comparação. O “índice de equipamentos culturais” e meios de comunicação nos possibilita a comparação entre estados e a comparação no tempo, mostrando assim como o índice tem evoluído. No entanto, a menos que este seja um índice utilizado também por outros países, não teremos a possibilidade de saber se o parâmetro estabelecido (13 equipamentos) nos aproxima mais de países com ampla oferta de equipamentos ou de outros.

Embora seja relevante, este é um indicador ainda bastante simples porque a oferta de equipamentos culturais não nos mostra o quanto estes são utilizados, que camadas da população têm acesso, qual sua localização em termos da distribuição da população nos municípios, que tipo de atividades culturais proporcionam, etc., como sublinham os autores do relatório do IBGE ao discutirem a massiva presença de bibliotecas nos municípios brasileiros (IBGE, 2007).

Para construir indicadores mais sofisticados precisamos considerar alguns termos associados a sua construção como norma, padrão, meta e objetivo, conforme assinala van Bellen para a análise de indicadores de sustentabilidade. Segundo o autor, nos indicadores de desenvolvimento sustentável padrão e norma se assimilam. São

valores estabelecidos por autoridades ou por consenso social utilizados como referência. Por instante esta não é a realidade da área cultural. Não há padrões estabelecidos para aspectos relacionados à cultura, não se pode dizer o quanto uma população deve ter acesso aos equipamentos, às atividades culturais ou o quanto deve haver de empregos na área da cultura, qual montante de bens deve ser comercializado, etc.

As metas estabelecem uma intenção, valores específicos a serem alcançados que, segundo van Bellen (2005) “são estabelecidas a partir do processo decisório, dentro de uma expectativa que seja de alguma maneira alcançável”. Já com relação aos objetivos o autor esclarece que, embora o termo seja frequentemente utilizado como se fosse intercambiável com o termo meta, estes são “de maneira geral usualmente qualitativos indicando mais uma direção do que um estado específico” (van Bellen, 2005, p. 44).

É necessário saber então com que fim queremos medir. Na cultura acontece frequentemente dos objetivos não serem claros, de haver diversos objetivos conflituosos e, quando se considera a perspectiva de avaliação para a construção de políticas públicas, dos governantes não saberem quais são os objetivos, como destaca Mancebo (1999). Ou seja, a fim de poder construir um sistema de indicadores mais sofisticado e que responda às nossas indagações, precisamos estabelecer direções e metas através de um processo decisório no qual estejam envolvidos os diferentes atores implicados ou interessados na área cultural.

Os autores indicam fundamentalmente duas formas de construir indicadores: bottom-up e top-down. A primeira as variáveis e grupos de indicadores são selecionados de forma participativa com a opinião dos diversos atores sociais envolvidos. Na abordagem top-down especialistas definem os indicadores. No Brasil, uma vez que já foi iniciado o processo de construção de base de dados já não há mais a possibilidade de uma construção bottom-up. A construção da base de dados do IBGE contou com a colaboração de técnicos e especialistas tanto do próprio Instituto quanto do Ministério da Cultura e da Casa Rui Barbosa. Van Bellen (2005, p. 51) afirma que para Jesinghaus a situação ótima “é aquela em que a comunidade seleciona as questões prioritárias num processo participativo, envolvendo vários atores, e incorpora-as num sistema desenvolvido por especialistas.” O sistema no Brasil também pode utilizar, em parte, as duas formas de construção, uma vez que já contamos com uma base elaborada por especialistas, podemos através de um processo de discussão com os diversos atores do campo, alimentá-la de forma a aprimorar o processo. Apesar de limitados pelos dados que já foram coletados, os atores interessados podem ainda intervir na construção dos

indicadores e através de apreciações críticas contribuir para a expansão da base de dados à medida que aspectos importantes estejam ausentes desta base.

Creio que se pode perceber com o que já discuti até aqui que a construção de indicadores não é neutra. Na perspectiva da pesquisa, o pesquisador selecionará as informações a serem coletadas, as variáveis, os indicadores, os objetivos e as metas de acordo com seus valores e interesses. Na perspectiva das políticas públicas os interesses e objetivos dos grupos capazes de estabelecer estes mesmos aspectos influenciarão o sistema. Os dados não falam por eles mesmos, como sublinhou Schuster (2002), dados e estatísticas são diferentes, e, embora se possa discutir a visão do pesquisador já que os dados também são produto de uma construção humana, devemos ter claro que na medida em que produzimos estatísticas, alguém fala através delas. A questão é quem fala.

### **A seleção de variáveis**

Não importa o que seja feito, toda base de dados e todo sistema de indicadores sobre a cultura será imperfeito. Como afirma Tolila (2007) “os números não são mais que um aspecto do vasto problema do conhecimento dos fenômenos culturais”. Não há formas de quantificar o que não é quantificável. Não podemos cair na ilusão de que um sistema de indicadores nos proporcionará uma imagem clara de algo tão complexo, seria como procurar medir a felicidade (algo que aliás, estão tentando realizar). Não há como expressar em um índice, um indicador ou todo um sistema de indicadores todas as experiências, práticas, influências e impactos da cultura. Esta constatação torna a seleção de variáveis ainda mais delicada e meritória de atenção, uma vez que se os números nos proporcionam informações parciais e imperfeitas, eles são essenciais para a construção de conhecimento sobre o campo da cultura. A experiência dos organismos de estatística com o levantamento e a análise de dados relacionados a setores fortemente vinculados ao mercado e, evidentemente, a necessidade de quantificar pode levar a uma seleção de variáveis entre aquelas com as quais se está habituado ou variáveis próximas a estas.

É fácil identificar, nos diversos textos e relatórios sobre estatísticas culturais, variáveis que aparecem quase que espontaneamente quando pensamos em quantificar um setor: número de trabalhadores, salário médio, escolaridade, etc. Todas são informações importantes e capazes de nos possibilitar análises cruciais, como as que

tem realizado Segnini (2006) a respeito do trabalho em atividades culturais e sua precarização. Quero chamar atenção aqui, mais uma vez, para o risco de cair em uma visão exclusivamente econômica. Não sei até que ponto podemos evitá-lo totalmente, talvez não seja possível. Uma vez que o mundo do mercado é o mundo dos números, é possível que o simples movimento da quantificação nos leve diretamente a ele, ao mercado e que, todo o esforço para construir um sistema de indicadores que seja capaz de nos mostrar mais do que aquilo que interessa ao mercado seja inútil. Esta não é uma questão que um indivíduo possa responder, ela será respondida pela resultante dos embates entre indivíduos e grupos que disputarão a capacidade e a possibilidade de intervir no processo de construção de indicadores. É importante ter em mente que ela será respondida politicamente, já que a resultante é função da luta entre os atores do campo da cultura que dispõem de diferentes recursos de poder (diferentes formas de capital para Bourdieu, 2004).

O questionamento acerca das variáveis e de seu significado é crucial para que o número não apareça como tendo um sentido em si. Assim, podemos questionar, por exemplo, um indicador que mostraria a utilização mais intensa de produtos do artesanato regional pela indústria (como tem acontecido na indústria da moda). Qual o significado que pode ser atribuído a um crescimento neste indicador? Qual o impacto que a apropriação de um produto do artesanato regional por uma indústria pode ter para as comunidades locais e para a própria atividade?

É neste sentido que as estatísticas que foram produzidas até agora devem ser aprimoradas, de modo a conduzir-nos a indicadores mais complexos, não somente em termos de agregação de variáveis, mas do significado a que podem conduzir, por mais imperfeito que o sistema venha a ser.

Dois questões me parecem, então, cruciais no que diz respeito à seleção de variáveis. A primeira diz respeito à escolha em si, e à necessidade de irmos além das variáveis econômicas. Neste aspecto necessitamos de criatividade e de muito trabalho, uma vez que há ainda muito a ser pesquisado e construído para que possamos encontrar formas de fazer valer nos sistemas de indicadores aspectos que vem sendo excluídos do processo apesar dos discursos. A segunda refere-se ao trabalho intenso que deve ser feito sobre o resultado da mensuração, de modo a contrastá-lo com aspectos não mensuráveis e evidenciar conseqüências que os sistemas estatísticos não são capazes de mostrar. Assim como em outros estudos as dificuldades de mensuração e a

disponibilidade de certos dados tem levado a um foco muito dirigido para os aspectos econômicos. O Relatório Mundial sobre a cultura mostra isto claramente:

*Os indicadores coletados, analisados e apresentados neste primeiro Relatório mundial sobre a cultura tiveram que ser extraídos de documentos disponíveis, o que, de muitas maneiras, limitou a profundidade e o alcance da análise. Numerosas preocupações culturais importantes não foram então corretamente consideradas pelas estatísticas existentes, elas não foram objeto de nenhum indicador no presente relatório. Os indicadores culturais retidos aqui não pretendem medir a cultura mundial, esta sendo bem mais complexa e multiforme. O que eles apresentam, são os aspectos da cultura do mundo que são facilmente mensuráveis. No entanto, um dos objetivos visados pelo presente relatório é tornar possível, no futuro, uma ampliação do campo dos aspectos mensuráveis e efetivamente descritos da cultura mundial a fim de que os próximos relatórios possam obter um quadro mais completo da situação. Tratando-se clarificar aspectos quantitativos da cultura e da maneira de apresentá-los, logo se encontrou um problema. Apareceu em efeito que era no domínio da produção e da consumação de bens culturais que tinham um preço no mercado sobre os quais dispúnhamos de um número maior de indicadores (UNESCO, 2000 – a tradução é minha).*

Creio que podemos perceber o quanto ainda nos resta de trabalho a realizar se tomarmos, a título de ilustração, o sistema que vem sendo construído no Quebec, que já tem algum caminho percorrido na construção de suas bases de dados sobre a cultura. O grupo de especialistas responsável pela construção do sistema de indicadores iniciou com um conjunto constituído por 69 indicadores que foram reduzidos, primeiro a 22 e finalmente a 14 indicadores. Pode-se perceber a predominância de variáveis econômicas, apesar da divisão em indicadores econômicos e sociais. Nos indicadores sociais a maioria refere-se a aspectos predominantemente econômicos, ainda que estes também tenham, evidentemente, um aspecto social, que no caso não é considerado. Por exemplo, o fato do número de empregos na área da cultura aumentar não nos mostra a situação destes empregos<sup>5</sup>. O mesmo acontece com as despesas culturais e com a freqüentação dos estabelecimentos. Há ainda a questão de como são construídos os índices, a qual o artigo não faz menção, como o índice de participação cultural. E, para não me alongar nesta análise que não é objetivo deste texto, mas para levantar outra questão importante para a construção das estatísticas de cultura no Brasil, podemos considerar a questão da acessibilidade, que no modelo do Québec é percebida através do número de estabelecimentos. Embora seja uma medida usual o número de estabelecimentos por habitante não é capaz de mostrar o nível de acessibilidade dos equipamentos existentes. Necessitaríamos para isto de um índice composto que

---

<sup>5</sup> Ver Segnini, 2006.

integrasse a dispersão espacial dos equipamentos no território considerado, a diversidade dos grupos que os frequentam, bem como os padrões de despesas exigidas dos usuários das atividades propostas pelo equipamento.

A França, com uma experiência de mais de quarenta anos apresenta indicadores sociais mais densos: relação entre fixação de tarifas culturais e frequência, relação entre o número de bibliotecas e a evolução das práticas de leitura e relação entre educação artística e práticas culturais, por exemplo, Tolila (2007). Logo, como se pode perceber um esforço muito grande e contínuo de coleta e processamento de informações. Isto leva a uma outra questão que diz respeito à qualidade das informações coletadas que tratarei na próxima seção.

### **A qualidade dos dados e a construção de uma rede**

Um aspecto evidente, mas de difícil concretização com relação à construção de indicadores é a obtenção de informações fidedignas. Como o nível mais apropriado de coleta e análise de informações parece ser um consenso internacional, o nível local, a capacidade dos municípios brasileiros de proporcionarem aos agentes coletores as informações pertinentes é essencial.

Uma rápida consulta aos últimos dados coletados na MUNIC de 2006 em seu suplemento sobre a cultura, nos fez perceber alguns problemas nas informações prestadas pelos municípios. Por exemplo, Florianópolis informa a existência de 10 museus no município, no entanto, em pesquisa realizada em 2005 identificamos 20 museus. Da mesma forma, pelas informações prestadas pelo município não há festival de cinema nem de vídeo em Florianópolis, quando um dos festivais de cinema infantil que tem se destacado ocorre justamente lá, assim como um festival de vídeo que tem crescido bastante. Estas são apenas algumas das informações que me surpreenderam porque dizem respeito diretamente às pesquisas que realizo. Claro, deve-se verificar o quanto este é um fato isolado, devendo-se exclusivamente a problemas do município ou, o quanto este problema se repete em outros municípios brasileiros.

Embora não tenhamos resposta ainda para isto, creio que é importante perceber que dada a capacidade dos municípios brasileiros em considerarem a importância das informações para a construção de suas políticas e planejamentos aliada a importância que costumeiramente se dá à cultura, é de se esperar que as informações apresentem problemas. Isto me faz crer que não é possível alcançar um nível de qualidade razoável

nas estatísticas culturais brasileiras sem uma rede que mobilize diversos atores e diversas ações que possam garantir um sistema de informações de qualidade e múltiplo.

Isto implica uma infra-estrutura para as informações estatísticas sobre a cultura que envolve não somente diversos tipos de atores, mas um planejamento para a sua atuação de modo a melhorar a qualidade das informações geradas sobre cultura no país através do trabalho destes atores na rede e da crítica necessária à melhoria do que já foi realizado. Esta infra-estrutura, assim como em outros países deverá envolver divisões de pesquisa governamentais, grupos de pesquisa nas universidades, agências de estatística, institutos independentes, empresas privadas e observatórios culturais, o que a Europa chamou de sistema de governança. Considerando as características do Brasil e suas grandes diferenças regionais, esta rede de atores me parece ser essencial para que a diversidade regional seja considerada e o conceito mais amplo de cultura seja efetivamente operacionalizado nas estatísticas que serão construídas. Há muitas implicações para tornar possível a construção desta infra-estrutura.

Um último ponto relacionado com a infra-estrutura diz respeito à divulgação das informações e à importância de centralizar o acervo para torná-las mais facilmente recuperáveis pelo público. Ou seja, se me parece importante uma rede diversificada de atores trabalhando de forma coordenada, o acesso às informações geradas por estes atores não deveria ser pulverizado, assegurando assim o acesso mais rápido aos interessados.

Os pontos que levanto neste texto não esgotam, em absoluto, o debate em torno da construção de indicadores culturais. Procurei apontar somente alguns dos aspectos que me parecem essenciais e sobre os quais não é dada a devida atenção. Destaco, sobretudo, a tendência à construção de bases de dados e à fixação de indicadores focalizados quase que exclusivamente em aspectos mercantis. Não é com o “monstro” do mercado que estou preocupada, mas com a redução da cultura a aspectos exclusivamente mercantis. Só o debate em torno destas questões será capaz de fazer com que os diferentes atores explicitem as concepções que fundamentam suas propostas, dirimindo a aparente neutralidade que, ingenuamente, se atribui aos números.

Bibliografia

ALLAIRE, Benoit. Mesurer la culture : le système d'indicateurs de la culture et des communications au Québec. **Workshop on the International Measurement of Culture**. OCDE, Paris, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas** – sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CLICHE, Danielle; MITCHELL, Ritva; WIESAND, Andreas; in co-operation with Ilkka Heiskanen e Luca Dal Pozzolo. **Creative Europe Report**. European Institute for Comparative Cultural Reserach: ARCULT Media, 2002.

EQUIPE TÉCNICA DO GUIA. Guia Cultural uma introdução. **São Paulo em Perspectiva**. Vol.15, no. 2, São Paulo, Apr./June 2001.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações** – uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros** – Cultura - 2006. IBGE, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MANCEBO F. (1999), "Indicateurs culturels : le poids des credos, le choc des ratios", **Seminarié du GRESOC**, Toulouse

PFENNIGER, Mariana. Indicadores y estadísticas culturales: un breve repaso conceptual. **Gestión Cultural** N°7: Indicadores y Estadísticas Culturales, abril de 2004.

Poirier, Christian. Towards broader cultural indicators? Performance indicators and justification of cultural policies in Quebec and Europe. **Accounting for Culture colloquium**. Gatineau, QC: Strategic Research and Analysis, Department of Canadian Heritage, 2003.

SCHUSTER, Mark. L'information sur les politiques culturelles – données, statistiques et signification. In : **Actes du Colloque international sur les statistiques culturelles**, Montréal, du 21 au 23 octobre 2002

SEGNINI, L. R. P. . Travail et profession en art. Des statistiques nationales aux vécus quotidiens hétérogènes.. In: **Colloque Internationale Ethnographies Du Travail Artistique** (Laboratoire Georges Friedmann), 2006, Paris. Colloque Internationale Ethnographies Du Travail Artistique (Laboratoire Georges Friedmann), 2006.

TOLILA, Paul. **Estadísticas, economía e indicadores culturales** - El ejemplo francés y los avances europeos.

UNESCO. **Our creative diversity**. Report, 1995

UNESCO. **Rapport Mondial sur la Culture. 2000.**